

Técnica e política da “Tese” – alguns problemas e paradoxos

RUI PEREIRA¹

Universidade do Minho
ruiampereira@gmail.com

Resumo

A partir da elaboração e conclusão de uma tese de doutoramento, propõe-se um conjunto de reflexões em que, num registo próximo do testemunhal, se equacionam, em primeiro lugar alguns problemas técnicos e, em segundo lugar, a tese em estudos sociais como etapa de um trabalho que, por ser científico é, também, político. Na primeira ótica, abordam-se diferentes momentos e aspectos da dialéctica entre recenseamento/repetição e originalidade/diferenciação, processo de escrita, trabalho de citação, criatividade redactorial e criatividade analítica, estratégias e relações tutoriais. Na segunda perspetiva, examinam-se alguns elementos de contexto político na produção científica, defendendo-se que a centralidade do desafio para a tese consistirá na consistência, tenacidade e fundamentação com que seja capaz de perseguir o trabalho epistemológico de rutura com o senso comum e também com o próprio “senso comum académico”.

1. TÉCNICA E POLÍTICA DA “TESE” – ALGUNS PROBLEMAS E PARADOXOS

Baseado na experiência pessoal de elaboração e conclusão de uma tese de doutoramento², o presente artigo trata a produção da “tese” enquanto cadeia de paradoxos a ser superada pelo candidato que, porém, deriva ele mesmo de uma ordem paradoxal: dar conta de um percurso pessoal e, por outro lado, tornar esse testemunho útil para outros, tomando na devida conta o carácter sempre intransitivo (RICOUER, 1999 [1973]) de toda a experiência pessoal.

Com efeito, talvez se não possa falar do processo da “tese”, mas sim do singular processo que cada tese constitui. Porque ninguém ‘chega’, de facto, à tese em circunstâncias iguais. A biografia, o passado, as expectativas, as necessidades e os puros acasos encarregam-se de pautar essa singularidade intransitiva. E, contudo, é da mesma coisa que todos se ocupam: propor, desenvolver e, sobretudo, concluir um trabalho académico. A relativa (in)transitividade de um testemunho desta ordem

¹ Doutoramento em Sociologia da Comunicação e da Informação pela Universidade do Minho, investigador do Centro de Estudos Comunicação e Sociedade – Instituto de Ciências Sociais da UM, Portugal.

² PEREIRA, Rui (2013), *O anticomunismo na imprensa portuguesa de referência durante o período de ‘normalização’ (1980-2005)* – Os casos do Diário de Notícias, Expresso e Público, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (orientação do Professor Doutor Moisés de Lemos Martins). Trata-se de uma tese em Sociologia da Comunicação e da Informação, com um total aproximado de 1400 páginas, elaborada de acordo com os regulamentos anteriores a “Bolonha”, ao longo de quase sete anos, a partir do “exterior” da academia – i.e., por alguém que aí não leciona –, em regime autoproposto e sem qualquer pedido de financiamento privado ou público. O debate de crítica e defesa decorreu a 19 de Setembro de 2013, na UM, concluído com a aprovação por unanimidade do júri. A tese aconteceu aos cinquenta anos de vida do seu autor, na sequência de uma carreira de vinte anos como jornalista profissional e de mais de uma década como professor.

implica algo do mesmo tipo de “criatividade analítica” que percorre toda a problemática da “criatividade” na elaboração da tese. E implica, também, *ab initio* a declaração do seu pressuposto (a tese não existe, só existem teses, no plural) bem como a adopção de um ângulo de abordagem (o carácter paradoxal de que a elaboração e escrita de uma tese se revestem).

Uma velha analogia entre gerar um texto e gerar um filho, que porventura bebe culturalmente na metáfora do “parto” socrático, ajuda a ilustrar o primeiro nó da série paradoxal que aqui se enuncia. Pode estabelecer-se assim tal analogia: apesar de se estimar em qualquer coisa como cem mil milhões o número de seres humanos gerados até aos nossos dias (NEVES, 2004), cada novo ser humano que nasce é não só um acontecimento único para os que lhe são próximos, mas para todos os outros também. Como observou Hannah ARENDT (2004 [1948-1973]:627), com cada ser humano que nasce, chega também uma imprevisível, singular, infinda (e de uma perspectiva de poder) ‘perigosa’ nova possibilidade de mundo a vir. Assim a ‘tese’. Entre todos os milhares de teses diariamente defendidas nas universidades de todo o mundo, cada uma encerra a sua *diferença específica* dentro de um mesmo *género próximo*.

Desse modo, a passagem necessária entre a dimensão pessoal e o interesse para outrem, pode ilustrar-se através de uma metáfora culinária, a saber, a alteração de qualquer receita tradicional por via dos condimentos usados na preparação do prato por este ou aquele *chef*. Neste sentido, cada tese há-de assemelhar-se sempre a uma recombinação da “Forma Tese”. Idiossincrática, esta combinatória obedece à área de estudos e à sua disciplinaridade, à filiação teórica e às escolhas metodológicas adoptadas, ao assunto e respectiva tematização, ao cânone regimental e, por fim, ao estilo pessoal.

2. “CRIATIVIDADE REDACTORIAL” E “CRIATIVIDADE ANALÍTICA”

É este último, com frequência, enunciado sequencialmente através de um par de noções vagas e imprecisas: a “criatividade” e, de certa maneira, a “inspiração”. São termos correntemente usados na psicologia cognitiva, bem como na chamada “criação” artística, acerca dos quais, à excepção do estudo académico e da crítica profissional, se possui em regra pouco mais do que impressões herdadas do senso comum. No âmbito da tese, um primeiro e triplo paradoxo emerge destas conjugações:

- o carácter discreto e árduo (transpiração) da pesquisa por oposição à, ou por complementaridade da, expectativa criativa da “inspiração”.
- a formalização da linguagem em ciência e a inovação discursiva que da escrita dita “criativa” é expectável.
- a natureza determinada do endereçamento/requisitório/função do texto académico e a ordenação livre do texto ficcional ou literário.

Abordar-se-á este problema, primeiro de um ponto de vista técnico e, no parágrafo subsequente, de um ponto de vista político, quer dizer, das conexões entre “saber” e “poder” no sentido em que delas falam tão intensamente, em partes das suas obras, Michel Foucault ou Pierre Bourdieu³, entre outros.

Tecnicamente, parece demasiado redutor estabelecer-se uma ligação linear entre estes aspectos que sugerisse fazer corresponder à escrita da tese um conjunto de constrangimentos uniformizadores e, como seu inverso, aparentasse conferir a outras escritas as prerrogativas estéticas, de liberdade formal e de apuramento textual que à tese não ficariam a fazer falta. Conhecem-se, aliás, comentários pejorativos acerca da confusão entre “cientificidade da escrita” académica e “poesia social”, pretendendo-se com isso destacar um conjunto de normas, uma série de supostas “regras da arte” que uma vez observadas materializariam, por si, um grau suficiente de pureza científica à escrita académica. É certo que o problema existe. Mas não parece grande caminho a pretensão de que o chamado *academês*, i.e., a burocratização redactorial da escrita em ciência garanta a, ou sequer contribua para, a cientificidade de um registo académico. Dizendo-o mais exactamente, parece erróneo considerar que fora do dito *academês* não exista escrita científica. No campo da filosofia, Nietzsche atacou o problema, entre outras ocasiões, no seu *Para além do bem e do mal...* (1999 [1886]) ao chamar a atenção para a necessidade do “humor filosófico” no modo, e como modo, de aceder aos problemas mais densos.

Ainda de um ponto de vista técnico, o acesso à problematização de questões como as da “criatividade” e da “inspiração” na produção científica precisa de ser colocado no seu âmbito mais agudo, qual seja, o daquilo a que George STEINER (2012) chamou e dissecou como “poesia do pensamento”. Dito de outro modo, na tese a “criatividade” está menos na escrita (onde impera, antes, o problema da sua correcção e adequação) do que naquilo a que a retórica latina chamava a *inventio*, isto é, a mobilização argumentativa das questões efectivamente relevantes a incorporar no processo reflexivo, argumentativo e textual da tese. A criatividade está menos no estilo da escrita do que no índice, na filiação teórica e nas opções metodológicas, na tematização, nas escolhas da polifonia dos autores referenciados, das obras e das transcrições e citações que compõem e aclaram a construção de fragmentos do imenso e inabarcável diálogo dos saberes e dos sábios que constituem o cenário de fundo de cada tese. É esse o *locus* privilegiado da criatividade analítica na tese, que parece deixar-se descrever melhor pelo adjectivo (analítica) do que pelo substantivo (criatividade) entendido este nos termos comuns do termo, que remetem para a invenção ficcional mais do que para a *inventio* argumentativa.

É ainda deste modo que o Charles Wright MILLS de *A imaginação sociológica* enfrenta, por seu turno, o problema da cientificidade e da criatividade no que prefere chamar “estudos sociais” (1982 [1959]: 25-26), precisamente para obviar àquilo que BOURDIEU (1989 [1987]) designou por o ‘macaqueio’ da ascense tecno-metodológica

³ E.g. (para uma síntese): BOURDIEU, Pierre 1989 [1987], *O poder simbólico*, Lisboa, Difel. Ou FOUCAULT, Michel [1977] “Saber e Poder” in *Ditos & Escritos*, vol. IV, RJ, Forense Universitária, pp. 222-240.

da ciência positivista pelo pensamento sobre o social em busca de legitimação estatutária no corpo científico emergente. As áreas do social projetam a ciência no campo do impreciso e do vago. Porque, ao invés dos avanços da técnica, os ‘avanços’ da cultura não são cumulativos, mas também porque, como ensina Abraham MOLES (1995 [1990]: 17), toda a ciência “é a prospecção de uma configuração, de um arranjo das coisas do mundo”. Um par de ensinamentos deste autor pode ser da maior utilidade no momento de enfrentar este género de problemas na elaboração da tese. Diz MOLES (op. cit., p. 20), que a “biblioteca universal é mais pequena do que o mundo, visto que ela está contida neste e para o descrever não o pode fazer senão de forma esquemática”. Em resumo, não há como escapar da contingência de que somos feitos:

obreiros da verdade, e que, mestres de si mesmos e do seu pensamento no *seu* domínio particular, reincidem toda a vida no estado pouco glorioso de seres de razão vacilante mas com afirmações peremptórias, porque é muito mais cómodo viver no interior de falsas certezas, do que no interior de incertezas quantificadas (ibid., p. 18).

A cientificidade encontra-se, por seu lado, para MILLS (1982 [1959]), em confluência com a criatividade no preciso ponto em que a inventiva e o rigor constroem e delimitam o “conceito”, extraíndo-lhe, tanto quanto possível a sua eventual vacuidade, ou seja, assegurando-lhe o princípio wittgensteiniano da “autenticidade”, segundo o qual, a autenticidade de uma proposição existe na proporção direta da sua refutabilidade. Ou seja, assegurando ao longo de todo o texto científico a estabilidade da definição que torna inequívoco aquilo que se entende por um dado constructo teórico no quadro da reflexão que se apresenta.

O método indicado por ORTEGA Y GASSET (1999 [1929]: 56) de “leitura vertical” dos vocábulos, tem algo a ver com essa definição estável do conceito de que aqui se fala, quando o filósofo madrileno chamava a atenção para a palavra *deslida*, i.e., ligada à sua condição de “raiz de ideia”:

agarrar em cada um deles [os vocábulos] e, em vez de nos concentrarmos na sua amena superfície, atirarmo-nos de cabeça para dentro dele, sumirmo-nos nele, descer à sua estranha significativa, ver bem a sua anatomia e os seus limites [...] A leitura deslizante ou horizontal, o simples patinar mental, deve ser substituída pela leitura vertical, pela imersão no pequeno abismo que é cada palavra⁴.

Deste ponto de vista, acompanhou-se no processo de elaboração da tese de que aqui se rende testemunho a ideia de Moisés Martins (cf. PEREIRA, 2013: 563) segundo a qual a questão mais relevante no trabalho de produção científica consiste, em ciência social e não só, na construção de uma linguagem adequada e na elaboração de um discurso pertinente, capazes ambos de darem conta de um problema que soube cientificamente construir-se. Parece ser este o problema fundamental da

⁴ Nesta linha, é importante a construção do título da tese cujas palavras componentes, ao mesmo tempo que dizem mais ou menos directamente o tema, a respetiva tematização e a ideia central, encerram a possibilidade “vertical” de encontrar-se no corpo do texto a sua razão titular, sob a forma de conceitos aí essencialmente debatidos.

escrita académico-científica, questão situada na qualidade redactorial por simples inerência geral, uma vez que o seu terreno de enunciação e localização privilegiadas há-de encontrar-se na qualidade do pensamento, sendo tal qualidade eminentemente política, no sentido de responder à questão crucial sobre a medida em que, em ciência, encontrar a resposta para uma pergunta cientificamente formulada serve ou não serve os homens.

3. SABER, PODER E METANÓIA: O PROBLEMA DA RUTURA

Insurgia-se num velho texto, Wilhelm REICH 1976 [1933-1943]: 53) a este respeito contra uma sociologia que, apontava, “acabou num cepticismo paralisante porque recuou perante as consequências das suas próprias descobertas”. A coisa vituperada por Reich era da mesma ordem – política – da que, muitos anos depois, BOURDIEU (1989 [1987]: 49) indicava como constituindo a condição de possibilidade para a formulação de um saber científico cujo princípio de validade haveria de consistir no esforço de realização da rutura epistemológica.

Consiste esta, explica BOURDIEU (ibid.), em “pôr em suspenso as pré-construções vulgares e os princípios geralmente aplicados na realização dessas construções”, da mesma forma que implica um levantamento crítico da “história social do objecto” em estudo (BOURDIEU, 1989 [1987]). Tal esforço implica uma rutura com modos de pensamento, conceitos, métodos que têm a seu favor todas as aparências do senso comum, do bom senso vulgar e do bom senso científico (tudo o que a atitude positivista dominante honra e reconhece), em suma. Por outras palavras, é da realização de um corte entre “campo científico” e “campo de poder” que se trata.

Em ciência, a qualidade do pensamento consistirá, portanto, na operação apontada por RORTY (2005 [1992/5/7]: 26) de remoção do “entulho intelectual [...] pelo rompimento do que Dewey chamou a ‘crosta de convenções’” e, com certeza, na qualidade da fundamentação de uma tal operação. Tratar-se-á ainda de “imaginar” (MILLS, (1982 [1959]) as maneiras e os processos de não cair na armadilha de “substituir a *doxa* ingénua do senso comum pela *doxa* do senso comum douto, que atribui o nome de ciência a uma simples transcrição do discurso de senso comum” (BOURDIEU, ibid.), “cujos termos retoma, reelabora, construindo uma representação sofisticadamente inútil de um objeto politicamente útil, no plano da ortodoxia predominante” (PEREIRA, 2013: 562).

Operação tanto mais difícil quanto “a força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências da evidência”, (BOURDIEU, op. cit.). O que implica, como solução, que a rutura seja, “com efeito, uma conversão do olhar”, que assuma a condição de “produzir” algo que “não é possível sem uma verdadeira conversão, uma metanóia, uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social” (BOURDIEU, ibid). Tal como aqui se entende, o significado da “qualidade da pergunta”, de que fala Mills (op. cit.), implica responder, antes de mais, à questão de saber para que serve

a resposta. É possível responder de mil modos altamente qualificados a perguntas perfeitamente inúteis de formular ou, nos termos de BOURDIEU (op. cit., p. 53), encontrar-se uma descrição “inteligente mas sempre sujeita a ‘fazer pleonasma com o mundo’, como dizia Mallarmé?”.

4. ENDEREÇAMENTO E ESCRITA DIRIGIDA

O que aqui se chama e expôs como o problema político da tese contém um desdobramento inerente que se constata a partir da própria etimologia da palavra. Porque apresentar uma tese é tomar uma posição, qualquer que esta seja. A “tese” ou θέσις (posição) constitui uma proposição, isto é, a afirmação fundamentada (tornada refutável) de uma posição. Essa afirmação arrasta consigo o seu autor, lançando-lhe o desafio primacial: saber pensar e saber dizer o que pensa sobre o seu assunto. Um segundo desafio desprende-se da etimologia latina de dissertação (*dissertatio*) que remete para a ideia de “caminho”, isto é, para o levantamento dos modos pelos quais um assunto se deixa pensar, ou seja, como pode ser pensável o assunto sobre o qual se pensa e afirma algo na e com a tese. Inerente a este duplo imperativo está a ideia da “disputa”, quer em torno da conclusão, quer em volta do percurso a ela conducente. E se da discussão é possível que “nasça luz”, uma aprovação final mais ou menos entusiasmada e entusiasmante, também não é impossível que dela resulte o afundamento de anos de esforço, às mãos da inteligência de um júri implacável ou antes mesmo de aí se chegar. O intervalo entre ambas as perspectivas é o habitáculo da angústia e da dúvida que alternam com a confiança e coragem de quem escreve.

Esta dialéctica afectiva é feita de uma infinidade de momentos, ao longo do tempo da tese, no interior do qual se conjugam (por vezes, muitas vezes, adversativamente) a irreabilidade quotidiana da tese e a muito quotidiana realidade de tudo o que, nesse lapso de vida, não é a tese. Por posterior ao seu agendamento, a sua resolução (aprovação final na defesa) produz um certo esquecimento retrospectivo da incerteza do desfecho quando era olhado prospectivamente. Fica, talvez, na selectividade da recordação, a memória do método utilizado não para superar, mas para viver com essa fractura emocional, método que pode sintetizar-se assim: pela perspectiva técnica, o aperfeiçoamento e a intensificação do estudo e, até certo ponto, a discussão com o orientador (sem descurar as precauções dos metodólogos que, sem excepção, advertem contra a “voracidade livresca ou estatística”, advogando “a lei do menor esforço” ou seja a permanente busca do “caminho mais curto e mais simples para o melhor resultado” (por todos, QUIVY & CAMPENHOUDT, 2005: 17). Pela perspectiva epistemológica, o único factor de alento (e, nos piores dos casos, de consolo) é fornecida pelo próprio estatuto do trabalho em ciência: por maior que seja o feito alcançado, ele é e será sempre e apenas um pequeno grão de areia no edifício do saber que, por seu turno, é e será sempre infinitamente maior do que todos os seus construtores.

Defendendo-se aqui o primado da “autenticidade” por sobre a “redactorialidade”, as estratégias de escrita, ou o problema técnico da redacção, só parecem, pois,

poder equacionar-se de modo subordinado aos conteúdos do que se tem para dizer e de forma conjugada com o carrossel emocional que vai ruminando os dias do tempo vagamente irreal, “heterotópico” (ARAÚJO, 2006: 2), da tese. Na linha da “autenticidade” de Wittgenstein conjugada com a “refutabilidade” popperiana, emerge acima de todas a necessidade de clareza. A expressão turva ou confusa pode resultar de um defeito de redacção, como (e porventura na maioria das vezes é daqui que procede) de uma falha de clareza no pensamento. O risco desta falha aumenta na medida em que a tese, apesar do seu jogo canonicamente codificado, é sempre uma operação intelectual que trata de modo complexo questões que podem até parecer simples. E na medida ainda em que se trata de um trabalho a submeter a uma apreciação de pares que na realidade o não são inteiramente, pelo menos até à e durante a circunstância da defesa.

De alguma forma, é sempre a pele que se joga (ou pelo menos é isso que espera) no muito sério labor de elaboração e submissão da tese académica, no qual a redacção é um dos aspectos mas, por comparação, e como aqui se defende, não o principal. Na sua perspectiva subordinada, a escrita, corpo da linguagem encontrada e construída, pode servir-se de recursos técnicos. Existem saberes comuns acerca do acto e do ofício de escrever que podem auxiliar, como por exemplo o que faz corresponder em proporção directa o risco de dispersão e confusão com o alongamento da frase. Outros ensinamentos, consabidos na técnica redactorial específica do jornalismo, podem também ser úteis, como a aplicação da chamada “regra dos três cês” (Claro, Concreto e Conciso) ou a disciplina metodológica de separar as ideias fazendo corresponder a cada ideia um e só um parágrafo, ainda que na revisão os parágrafos separados possam vir a unificar-se graficamente, formando pequenas unidades temáticas.

Em todo o caso e apesar de relevante, a perspectiva estética do texto está ainda subordinada aos factores do seu endereçamento. Uma tese não é um escrito ficcional e os valores estéticos que podem servir os gostos literários são sobrelevados pelas contingências de um texto que, não prescindindo de técnica e de gosto estilísticos, Soares (2001: 76) bem caracterizou ao sublinhar que o “pesquisador-autor escreve por exigência da academia, dos pares [...] não escreve para alívio interno, mas para prestar contas externamente”.

O problema mais candente parece no entanto colocar-se neste particular, no que poderia chamar-se como a definição do “momento da escrita”. Modelar e teoricamente ele existe numa tensão entre duas estratégias polares: por um lado, ir escrevendo e reescrevendo progressivamente e sempre, numa dinâmica que imbrica ideia e redacção e as torna resultado entrecruzado uma da outra; e, por outro lado, a de esquematizar todo o programa da tese, recolher todo o material empírico e, a partir de uma altura determinada, começar a escrever (porventura de princípio a fim, exceptuando o material introdutório e sinóptico), isto é, algo parecido a “ter toda a tese na cabeça e passá-la ao papel”. A realidade tende mais a misturar ambos os pólos, com eventual privilégio de um sobre o outro. E aí, os hábitos de raciocínio de

cada pessoa, mas também o assunto em causa e as metodologias escolhidas têm um papel importante. Só a experiência prática pode ditar o caminho a privilegiar, sendo certo que o relatório final de dissertação (porque, na realidade, disso se trata, de um relatório) haverá de ser composto destas duas modalidades de abordagem a que se somam os trechos onde ambas se misturam em doses diferentes⁵.

5. A “IRRELEVÂNCIA DEMOCRÁTICA” NA ORIENTAÇÃO

A relação orientador/orientado, sempre determinante no processo da tese, pode ser tratada de muitas maneiras. Uma delas, e muito comum, versa uma polaridade entre autoritarismo e democraticidade na pauta dessa relação tal como aparece em depoimentos de diversos orientandos (e.g., aqueles que são ouvidos no estudo de LEITE FILHO & MARTINS, 2006). O enunciado destes paradigmas parece falacioso de várias maneiras. Em primeiro lugar, a despeito de circunstâncias extraordinárias, existe um diferencial de autoridade académica entre orientador e orientando cuja situação natural se encontra em relações de saber e de experiências. Para ser capaz de aparecer nos termos de práticas antidemocráticas esse diferencial teve de, por qualquer das partes, ser deslocado do seu lugar original, o saber, para um campo de afirmação hierárquica estranho à própria ideia de estudo e de pares académicos.

Em segundo lugar porque, em bom rigor, a ideia de “democracia” remete na sua constituição mais para princípios relacionados com a igualdade do que com a liberdade (cf., por todos, CANFORA, 2007 [2004]), ao passo que os problemas da área do saber (no sentido epistemológico do termo, enquanto construção, produção e transmissão) devem porventura formular-se mais propriamente em termos de liberdade e de reciprocidade (como nas demais relações humanas) do que nos termos de uma igualdade entre aquilo que necessariamente é diferente – ser-se orientador e ser-se orientado.

Assim, a questão principal pode jogar-se na pergunta acerca da liberdade de pensamento que percorre ou não percorre esta relação mais do que na sua democraticidade, bem como na qualificação de ambas as partes para o desempenho de cada um dos respectivos papéis, qualificação expectável, que pode nem sempre corresponder a qualificação verificada.

Todavia, de múltiplas outras inquietações é feita a relação orientador-orientando em tempos de ‘tecnoburocratização *stakhanovista*’ da produção académica e científica. Com efeito, em Portugal –mas refletindo tendências mais gerais– a comunidade académica, designadamente nas áreas das ciências sociais, tem vindo a ser objecto de um conjunto de imposições de inspiração econométrica que prejudica todos os seus âmbitos de actividade.

⁵ No meu caso pessoal, estes problemas de estratégia redactorial e de endereçamento foram melhor ou pior resolvidos com privilégio da segunda via (a estratégia da “tese toda dentro da cabeça”, chamemos-lhe assim). Quanto ao endereçamento, mercê das características particulares da relação orientador/orientando estabelecida, os meus mecanismos de inspiração, as escolhas teórico-metodológicas e o próprio processo de redacção final, tiveram sempre como referência primordial não tanto a opinião de qualquer júri que (com a devida vénia) viria a ser constituído, mas a opinião do orientador.

No caso da “tese”, que outrora podia ser o corolário de décadas de vida e de vivência, de ensino e de aprendizagem, de investigação dedicada e de edificação do universo intelectual do seu autor, ela tornou-se agora um produto específico, regrado de um modo “pragmático”, em suma, um funcionalismo e em larga medida também um *funcionarismo* ou uma funcionalização. Mesmo no regime anterior a Bolonha, à imprescritibilidade dos prazos (que se explica e entende) soma-se o quotidiano metrológico da produção académica (a letalidade científica do “*publish or perish*”) que o mais certo é andar ao arrepio do tempo da ciência. Por outro lado, os imperativos da imposição burocrática não podem não ser considerados como uma variável da maior importância na relação orientador/orientando e na relação de cada uma dessas partes com a sua parte do trabalho numa tese. Dentro de algumas décadas uma reflexão menos ideologicamente marcada, mais larga, mais séria e ponderada sobre a vertigem pseudo-produtivista em que a academia se encontra envolta, fará porventura alguma justiça histórica aos trabalhos e aos dias actuais das universidades⁶.

Por ora, é portanto difícil excluir nas considerações acerca da relação orientador-orientando as contingências da *praxis* académica que tendem a subordinar ciência a eficiência econometricamente medida. Os sonhos e pesadelos das circunstâncias actuais impõem novas categorias teóricas (para além da ‘tutela indiferente/tutela asfíxiante’, por parte do orientador, ou da ‘rejeição-refutação/dependência-mimese’ por parte do orientando, por exemplo) que permitam pensar esta relação mais à luz dos constrangimentos genericamente impostos à actividade científica e ao estatuto académico do que ao ideais-tipo que podem sobre ela construir-se como aquele que STEINER (2005: 18), incomparavelmente descreveu: “Despertar noutra ser humano poderes e sonhos além dos seus; induzir nos outros um amor por aquilo que amamos; fazer do seu presente interior o seu futuro: eis uma tripla aventura como nenhuma outra”. E, contudo, é isso mesmo que a tese deverá ser.

6. O PARADOXO MAIOR

Entende-se aqui como o principal paradoxo da tese e que torna esta numa “(por vezes “doce) selvajaria”, a necessidade de recensear o “estado da arte” e o requisito concomitante de produção de novo conhecimento, isto é, a dialéctica entre recenseamento/repetição e originalidade/diferenciação. Pode dividir-se tal paradoxo em dois momentos, o do recenseamento e o da inovação. No primeiro, o problema configura-se pela dúvida acerca da exaustividade e representatividade do levantamento realizado em torno da área de conhecimento em causa. Estende-se esta dúvida à bibliografia. Será ela abrangente e equilibrada ou estará insuficiente

⁶ Já hoje, acerca dos “critérios de avaliação, baseados na produtividade científica e na obtenção de patentes”, SOBRINHO SIMÕES (2013), um dos mais reputados cientistas portugueses na área da patologia e imunologia molecular, afirma que eles “são terríveis. Primeiro, porque coloca[m] os investigadores das ciências sociais e humanas numa situação de dificuldade. E a sociedade portuguesa precisa, como de pão para a boca, de ciências sociais. Depois, parece-me que é mais importante a repercussão da nossa actividade no mundo científico e na sociedade do que o facto de se publicar numa revista com muito impacto. A FCT [Fundação – portuguesa – para a Ciência e Tecnologia] não pensa o mesmo”.

e deficientemente sistematizada?⁷ Faltará algum autor, ideia ou alguma corrente de reflexão que precisaria de lá estar e que se deixou ausente? Trata-se, no fundo, de saber se tudo aquilo que se aprendeu constitui um saber suficientemente cabal. A questão adensa-se na medida em que, salvo os casos excepcionais, o autor da tese, com a progressão do seu estudo, acaba por conhecer melhor o seu assunto do que o próprio orientador, cuja especialidade pode não ser coincidente com a da tese que orienta. A peculiar solidão desse momento pode transformar-se numa angústia de certo modo vã. Vã porque não há que ter dúvidas: no final da tese, haverá sempre aspectos que ficaram de fora, pontos de vista que o júri colocará no debate crítico e que, por um grande e bom número de razões, escaparam ao autor. E aquilo que não aparecer na crítica do júri, acabará a continuação dos estudos posteriores à tese por demonstrá-lo com maior ou menor benignidade.

Quanto ao segundo momento deste paradoxo, a construção de novo conhecimento, pode, com algum humor, resumir-se as suas angústias bem próprias num cruel adágio segundo o qual aquilo *que é original não é bom e o que é bom não é original*. É claro que a simplificação resultante de um *mot d'esprit*, reduzindo-o, não traduz com exactidão o problema. A própria natureza da tese, os seus objectos e objectivos podem fazê-la pender mais, quanto ao seu carácter, para um estudo demonstrativo ou, alternativamente, para o espírito próprio de um ensaio exploratório, especulativo ou prospectivo. Enquanto exercício, desde que adequadamente exposto, o valor de uma tese ou de outra não se altera.

O modo como o recenseamento de autores e obras se dá a ver na tese (a bibliografia) encontra a sua correspondência nas opções de citação e conduz a problemas delicados (por vezes extremos, nos casos de plágio)⁸. Num plano linear, da tese enquanto exercício académico, a citação opera como demonstração de erudição do candidato, naturalmente e, num segundo nível, realiza a transfusão de uma argumentação de autoridade sobre um escrito que dela não está, à partida, investido. Porém, esses são planos conhecidos, meramente operativos, da questão e nem de longe são os mais interessantes.

Numa passagem de *Os Logocratas*, George Steiner (2006) relembra um velho sonho de Walter Benjamin, o qual consistiria em escrever um livro inteiramente

⁷ Os problemas técnicos de ordem bibliográfica podem resolver-se duplamente. Pela intervenção do orientador e pela remissividade das próprias leituras realizadas. Mas, as opções do que se privilegia são menos dóceis. Que autores eleger, aqueles que mais conformes estão com o pensamento próprio que rege a tese, aqueles que se prefere? E, nesse caso, que fazer com aqueles menos conformes, com aqueles que menos se aprecia (ultrapassadas, naturalmente, as questões que se relacionam com o recenseamento do debate dos assuntos em questão, no qual a sistematicidade das posições existentes deve estar devidamente contemplada)? Retomando os termos em que dois membros do júri da minha tese colocavam a questão, ela configura-se da seguinte maneira: pode e deve (ou não) a bibliografia ser de tipo mais "sistematizado" ou de tipo mais "estratégico" (isto é, uma "bibliografia", ao serviço da ideia do candidato)? Creio, pessoalmente, que uma vez salvaguardada a relevância qualitativa e quantitativa da bibliografia trabalhada, a segunda opção é mais "autêntica", no sentido wittgensteiniano do termo, como no seu sentido mais vulgar ou geral.

⁸ Excluem-se, no texto, estes casos que SILVA (2008: 361) recenseia a partir de Schneider (1990) num sentido "moral" segundo o qual o plágio designa um comportamento refletido que visa o emprego dos esforços alheios e a apropriação fraudulenta dos resultados intelectuais de seu trabalho. Em seu sentido estrito, o plágio se distingue da criptomnésia, esquecimento inconsciente das fontes, ou da influência involuntária, pelo carácter consciente do empréstimo e da omissão das fontes. É desonesto plagiar. O plagiário sabe que o que faz não se faz" e que com Garschagen a mesma autora (ibid., p. 360) classifica em três tipos (plágio integral – a transcrição sem citação da fonte de um texto completo; plágio parcial – cópia de algumas frases ou parágrafos de diversas fontes diferentes, para dificultar a identificação [e] plágio conceitual – apropriação de um ou vários conceitos, ou de uma teoria, que o aluno apresenta como se fosse[m dele])

preenchido por citações de outros autores. Esta opção, à primeira vista estranha, faz porém muito sentido. Não só porque “do ponto de vista da intertextualidade [...] todo texto é um palimpsesto” (Genette, apud SILVA, 2008: 360), mas também porque, como bem sabe quem estude e trabalhe seriamente a sua tese, as prateleiras das bibliotecas (físicas ou electrónicas) desprendem uma tal quantidade e qualidade de inteligência impressa que se torna por vezes desanimador o requisito de acrescentar algo a tudo quanto já foi pensado, dito e escrito quase sempre de maneira melhor do que a mais brilhante tentativa do candidato poderá sequer aspirar.

Assim, o desafio é o de conseguir fazer um uso estratégico, elaborar uma recombinação de todo esse material, de modo a torná-lo solidário com a tese e não seu inimigo. É de grande dificuldade encontrar o equilíbrio deste exercício de citação, que tanto pode ser directa, como indirecta. É provável que uma boa parte daquilo a que pode chamar-se “criatividade” na tese se encontre precisamente na inclusão de material que não pertence ao seu autor. Por um lado, a citação embeleza o texto, legitima o seu autor, ajuda na transição entre assuntos, mas também pode destruir tudo isso. Por outro lado, a citação indicia o peso de cada obra e de cada autor referenciado no texto e, mais do que isso, na construção da ideia que lhe preside.

A delicadeza de uma bem sucedida arte da citação não conhece receitas, até a pretendida por Benjamin pode ser utilizada, para já se não falar do exemplo conhecido de uma tese apresentada numa universidade portuguesa – decerto outros exemplos existirão – em que não se recorria a citação alguma. Ela só pode resultar da intensa e inexplicável mistura entre inteligência e sensibilidade que se conjugam (ou não) no autor de um texto, de uma tese, ao longo da sua elaboração, i.e., da capacidade de um autor ser capaz de conservar despertas em si, ao longo de anos, a tensão e a atenção do que MAFFESOLI (1996) designaria por “razão sensível”. Pode chamar-se-lhe autorrespeito, respeito pelo texto, pela obra, pelos pares, pelos leitores, como pode encontrar-se-lhe qualquer outro nome, desde que o processo seja intimamente vivido e compreendido sob a forma ética da questão mais seriamente por ele colocada – ‘qual a diferença para o próprio e para o mundo próximo ou distante, entre este texto ter sido escrito e não o ter sido?’.

É, aliás, possível que a capacidade de equilibrar o uso da citação diga mais sobre o autor de um texto (a tese incluída) do que aquilo que o próprio autor é capaz de dizer ou de querer ver dito. Porque a citação é inspiradora e dá a conhecer as leituras de quem a faz, ela é não apenas um resumo bibliográfico, mas é também testemunho de uma cartografia biográfica. Tal como toda a tese que, no dizer de Moisés Martins, não escapa a ser, sempre, para o seu autor, “um acerto de contas com a sua própria vida”.

Nesta perspectiva, a tese, uma vez concluída e defendida, tanto pode representar, para o seu autor, o princípio como a consagração de uma biografia e de uma carreira. Como pode, mais simples e seguramente, constituir apenas a prova de que alguém conseguiu realizar um certo tipo de estudo, por sinal de grande exigência, acerca de um determinado tema que se propôs. Se calhar é uma mistura de todas essas coisas.

Em suma, se fosse necessário resumir num só parágrafo as reflexões aqui lançadas, teria de retomar-se os termos do título do artigo: por um lado, a tese como momento (ou processo) “técnico” muito amplo, variado, exigente, desprovido de qualquer ‘receita’ e do qual, nesta reflexão ‘testemunhal’, se afloram apenas alguns aspectos.

E, por outro lado, a tese como momento (processo) “político”, segundo a convicção de que não existe ciência sem consequência. A partir do momento em que se produz saber, entra-se inevitavelmente em relações de poder e com o(s) poder(es). Nesta medida e do ponto de vista aqui adoptado, a opção do investigador em estudos sociais consistirá fundamentalmente em erigir como núcleo do seu trabalho a rutura com o senso comum – incluído o senso comum académico – nem que para, no final e afinal, concluir em conformidade com ele (uma conformidade, em todo o caso, qualificada, i.e., sempre e já diferente da adesão pré-científica ou a-científica).

Levar, portanto, para além de todas as conveniências e/ou inconveniências, a ciência e o estudo social ao grau radical das suas possibilidades e consequências epistemológicas, talvez seja esse o dever central a que o investigador não pode eximir-se sem faltar à sua ética própria, à “probidade” intelectual de que falou Max Weber (s.d. [1917]: 39).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Emília Rodrigues (2006), “A passagem do tempo de doutoramento: tempos organizacionais e a vida em stand by”, disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4515/1/A%20passagem%20do%20tempo%20de%20doutoramento%5b1%5d.pdf> (aces. cf. 2013.11.24).
- ARENDT (2004 [1948-1973]), *As origens do totalitarismo*, Lisboa, Dom Quixote.
- BOURDIEU, Pierre (1989 [1987]), *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.
- CANFORA, Luciano (2007 [2004]), *A democracia – História de uma ideologia*, Lisboa, Ed. 70.
- LEITE FILHO, Geraldo Alemandro & MARTINS, Gilberto de Andrade (2006), “Relação Orientador-orientando e suas Influências na Elaboração de Teses e Dissertações”, in *RAE-Revista de Administração de Empresas*, vol. 46, Edição Especial, nov-dez, pp. 99-109, disponível em http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902006000000008.pdf (aces. cf. 2013-11-24).
- MAFFESOLI, Michel (1996), *Éloge de la raison sensible*, Paris, Grasset.
- MILLS, Charles Wright (1982 [1959]), *A imaginação sociológica*, RJ, Zahar Ed.
- MOLES, Abraham A. c./ ROHMER, Elisabeth (1995 [1990]), *As ciências do impreciso*, Porto, Afrontamento.
- NEVES, João César (2004), *Dois milhões de anos de economia*, Lisboa, Universidade Católica.
- NIETZSCHE, Friedrich (1999 [1886]), *Para além do bem e do mal*, Lisboa, Relógio d’Água.
- ORTEGA Y GASSET (1999 [1929]), *O que é a filosofia*, Lisboa, Cotovia.
- PEREIRA, Rui (2013), *O anticomunismo na imprensa portuguesa de referência durante o período de ‘normalização’ (1980-2005) – Os casos do Diário de Notícias, Expresso e Público*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Tese de Doutoramento, no prelo).

- QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van (2005), Manual de Investigación en ciencias sociales, México, Limusa Ed.
- REICH, Wilhelm (1976 [1933-1943]) Psicologia de Massas do Fascismo, Lisboa, Dom Quixote.
- RICOEUR, Paul (1999 [1973]), Teoria da Interpretação, Porto, Porto Editora.
- RORTY, Richard (2005 [1992/5/7]), Pragmatismo e política, SP, Martins Fontes.
- SILVA, Obdália Santana Ferraz (2008), "Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade?", Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 38 maio/ago, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/12.pdf> (aces. cf. 2013-11-24).
- SIMÕES, Sobrinho (2013), "Este Governo fez uma espécie de destruição criativa: rebentou com tudo", in Público, 11-22, disponível em <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/este-governo-fez-uma-especie-de-destruicao-criativa-rebentou-com-tudo-1613412> (aces. cf. 2013.11.24).
- SOARES, Magda (2001), "Para quem pesquisamos? Para quem escrevemos?", in MOREIRA, Antônio Flávio; SOARES, Magda; FOLLARI, Roberto A. e GARCIA, Regina Leite (Orgs.), Para quem pesquisamos, para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais. SP, Cortez, pp. 65-90.
- STEINER, George (2005 [2003]), As lições dos mestres, Lisboa, Gradiva.
- STEINER, George (2006), Os logocratas, Lisboa, Relógio d'Água
- STEINER, George (2012), A poesia do pensamento – Do helenismo a Celan, Lisboa, Relógio d'Água.
- WEBER, Max (s.d. [1917]), "A ciência como vocação", in Max WEBER, A ciência e a política como vocação, SP, Cultrix.